

Sofrimento e adoecimento no trabalho precarizado e sua relação com o desmentido (*Verleugnung*)

Márcia Luíza Pit Dal Magro¹

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Chapecó, SC, Brasil)

Roberta Vial Giacobone²

Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (Porto Alegre, RS, Brasil)

Este trabalho tem como objetivo compreender como se opera o desmentido (*Verleugnung*) no processo de produção do sofrimento e do adoecimento laboral, a partir da análise de um contexto de trabalho precarizado. Este remete às indústrias de abate e processamento de carnes, setor amplamente reconhecido na literatura científica pelo processo de exploração laboral e adoecimento de seus trabalhadores. O método empregado foi o da pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 18 trabalhadores das indústrias. As análises foram feitas com base na Teoria Fundamentada nos Dados. Compreende-se que, no contexto laboral em que os trabalhadores participantes do estudo estavam inseridos, o sofrimento e o adoecimento passavam por um processo de desmentido que enredava diferentes pessoas com papéis distintos, como chefias, colegas, profissionais de saúde, os próprios trabalhadores adoecidos e seus familiares, bem como organizações e instituições, assumindo uma dimensão traumática. Conclui-se que o desmentido permeia os modos de trabalho e as novas modalidades de laço social no capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: Desmentido, Trauma, Precarização do trabalho, Saúde do trabalhador.

Suffering and illness in precarious work and their relationship with disavowal (*Verleugnung*)

This work aimed to understand how disavowal (*Verleugnung*) operates in the process of producing suffering and illness at work, based on the analysis of a precarious work context. This refers to the slaughtering and meat processing industries, a sector widely recognized in scientific literature for the process of labor exploitation and illness of its workers. The method used was qualitative research, with semi-structured interviews carried out with 18 industrial workers. The analyzes were carried out based on Grounded Theory. It is understood that in the work context in which the workers participating in the study were inserted, suffering and illness went through a process of disavowal that involved different people with different roles, such as managers, colleagues, health professionals, the sick workers themselves and their family members, as well as organizations and institutions, taking on a traumatic dimension. It is concluded that disavowal permeates the ways of work and the new modalities of social ties in neoliberal capitalism.

Keywords: Disavowal, Trauma, Precariousness of work, Worker's health.

1 <https://orcid.org/0000-0002-2127-9261>

2 <https://orcid.org/0009-0007-8535-9555>

Introdução

O conceito de desmentido (*Verleugnung*) emerge na Psicanálise freudiana a partir da segunda topologia do aparelho psíquico no texto *O fetichismo* (1924/2020). Nesse escrito, célebre para o entendimento da estrutura perversa, o autor faz trabalhar a ideia de que o Ego, ao encontrar-se com a insígnia da falta do outro (castração materna), se defende projetando o olhar para outra direção. Dessa forma, outro objeto qualquer encontrado pelo olhar faz presença no lugar da ausência do falo no corpo materno³. Assim, através desse mecanismo de defesa, o sujeito consegue perceber a falta e camuflá-la. No entanto, essa possibilidade surge às custas de um processo de clivagem egoica, operando uma cisão na própria tessitura do eu. Isso produz duas realidades distintas, coexistentes e contraditórias, que são mantidas com um alto custo de energia, além de reduzirem as diversas possibilidades de obtenção do prazer viáveis à sexualidade humana.

Sándor Ferenczi ([1922] 2011, [1933] 2011), contemporâneo e discípulo de Freud, amplia a compreensão sobre a *Verleugnung* observando-a não mais restrita a uma estrutura psíquica específica (da perversão), mas na relação que ocorre entre duas pessoas, sendo uma representante de figura de autoridade e a outra vulnerável a esta. Nessa segunda acepção, quem desmente a percepção de uma dada realidade, em um primeiro momento, não é o próprio sujeito, mas o outro que está como testemunha, evento a que o autor atribui um potencial traumatogênico.

Ferenczi (1933/2011) descreve o trauma⁴ a partir do caso de uma criança abusada sexualmente por um adulto que lhe é próximo. Sem compreender o que aconteceu, a criança busca um outro adulto de confiança para contar, testemunhar o ocorrido e pedir ajuda. Este, por sua vez, não reconhece o ocorrido, não acredita na criança, não valida sua percepção e afeto. Tal ocorrência deixa a criança desacreditada, desamparada e produz “. . . a clivagem da pessoa numa parte sensível, brutalmente destruída, e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente” (Ferenczi, 1922/2011, p. 99).

O autor, que aborda o trauma como tema central de sua obra, o faz refletindo sobre o efeito traumático da hipocrisia frente ao sofrimento psíquico do outro, em que este é desmentido pelo seu interlocutor, que ocupa uma posição de autoridade, seja ele um adulto (no caso da criança), um terapeuta ou uma instituição (no caso do doente mental) (Dupont, 1990).

Ferenczi realça, assim, a importância do ambiente e da relação com o outro na constituição do trauma, dado que este não se daria na ocorrência do evento violento em si, mas se passaria em um segundo tempo, em que a vivência do excesso psíquico é desmentida por um outro, o que impediria sua simbolização (Gondar, 2012). Ferenczi toma a criança como o protótipo do sujeito vulnerável suscetível ao trauma, mas a ideia dessa vulnerabilidade psíquica vem sendo estendida às várias formas de vida. Como diz Kupermann (2022) “. . . ante a ameaça de morte, exclusão, segregação e violência, somos todos crianças em busca de um testemunho que nos possa auxiliar a resgatar nossa dignidade atingida pela indiferença daqueles a quem se recorreu em busca de auxílio” (p. 91).

Essa abertura feita pelos autores permite que o conceito de desmentido venha sendo empregado em outras análises que compreendem o mal-estar social, cultural e político de nosso tempo como aquele que permeia os modos de produção capitalista.

A partir da segunda metade do século XX, a teoria de Ferenczi tem sido utilizada para pensar o trauma social, expressão cunhada pelo sociólogo Kai Erikson para pensar inscrições traumáticas que extrapolam experiências individuais, pois destroem “. . . os vínculos que ligam mutuamente as pessoas, causando prejuízo no sentido existente de comunidade” (Erikson, 2011, p. 69).

3 No exemplo freudiano, o sapato passa a ocupar este lugar, tornando-se objeto privilegiado e exclusivo do gozo sexual perverso.

4 O autor diferencia o trauma estruturante do trauma desestruturante. Enquanto o primeiro preconiza mudanças no aparelho psíquico que favorecem o desenvolvimento (Ferenczi, 1924/2011), o segundo leva à desestruturação do aparelho psíquico. Neste trabalho, toda vez que se utilizar o conceito de trauma, este deve ser tomado como trauma desestruturante.

Nessa direção, a experiência traumática “. . . pode significar não só uma perda de confiança no eu, como uma perda de confiança no tecido circundante da família e da comunidade, nas estruturas do governo humano, na lógica mais geral em que vive a raça humana e nos caminhos da natureza mesma” (Erikson, 2011, p. 83).

A revisão integrativa realizada por Neckel e Dal Magro (2023) sobre os estudos científicos que utilizam o desmentido como categoria central para suas análises aponta que esse conceito tem sido revisitado nas últimas duas décadas, sendo que as análises propostas têm como eixo comum sua indissociável relação com a cultura. Nesse sentido, no cenário internacional, destacam-se obras como de Slavoj Žižek (2011) e de Pierre Lebrun (2008) e, no contexto nacional, obras como as de Gondar (2012) e Kupermann (2022). Em diálogo com a área do trabalho, destaca-se a pesquisa de Martins (2009)⁵, que também tangencia esse conceito.

Toma-se, neste trabalho, a análise de um evento específico em sua relação com o desmentido, sendo ele o sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores submetidos a condições reconhecidamente precarizadas de trabalho. O aprofundamento da precarização⁶ do trabalho a partir do avanço do neoliberalismo é tema de importantes trabalhos nacionais, como o de Antunes (2020), e internacionais, como o de Standing (2020). Estes apontam para as novas formas de exploração do trabalho, que destroem conquistas históricas da classe trabalhadora, bem como corroem formas coletivas de enfrentamento a essa exploração.

O neoliberalismo também produz uma nova dimensão da exploração laboral que transforma a posição subjetiva do trabalhador. Disfarçados sob um véu ideológico, por meio da disseminação de valores como autonomia, liberdade e responsabilidade individual, produz-se e explora-se o sofrimento laboral em prol do regime capitalista (Safatle et al., 2020), ao mesmo tempo em que se desmente esse funcionamento, recaindo sobre o sujeito a responsabilidade e a culpa em relação ao seu sofrimento e ao seu adoecimento.

Assumindo que o desmentido marca os modos de exploração do trabalho no contexto atual, interroga-se sobre as consequências disso para os trabalhadores. Assim, este estudo tem como objetivo compreender como se opera o desmentido (*Verleugnung*) no processo de produção do sofrimento e do adoecimento laboral, a partir da análise de um contexto de trabalho precarizado. Este remete às indústrias de abate e processamento de carnes, setor amplamente reconhecido na literatura científica pelo processo de exploração laboral e adoecimento de seus trabalhadores.

Algumas reflexões sobre o trabalho no contexto atual

O pacto social-democrata impulsionado pelo pós-guerra implicou em um reposicionamento das lutas operárias que frequentemente abandonaram pautas como a posse dos meios de produção e o fim do capitalismo em troca de melhores salários e condições de vida no interior deste sistema (Harvey, 2004). Viu-se florescer entre as décadas de 1940 e 1970, especialmente nos países europeus, um conjunto de medidas liberais que visavam proteger os trabalhadores. Essas medidas foram

5 Foi realizada uma busca nas bases de dado Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em fevereiro de 2024 com as palavras-chave “*Verleugnung*” e “precarização do trabalho” ou “trabalho precarizado”. Nela, foram encontrados apenas seis resultados, dentre os quais somente a tese de doutorado de Martins, publicada posteriormente no formato de livro (Martins, 2009), e o Trabalho de Conclusão de curso de especialização de Matos Neta (2013) tangenciavam o tema proposto.

6 Alves (2007), na obra *Dimensões da reestruturação produtiva*, distingue os conceitos de precariedade e precarização do trabalho, sendo que primeiro remete a uma condição inerente ao trabalho assalariado, enquanto o segundo se refere ao processo de reposição e atualização da precariedade laboral. Já Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) destacam, com base em diversos autores, que “[...] a precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho [...]. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social.

implementadas a partir da premissa de que o sofrimento e o adoecimento no trabalho afetavam o processo produtivo, o desempenho da força de trabalho, a fidelidade às organizações, a previsibilidade do trabalho executado e a capacidade de controlar a classe trabalhadora.

Essa melhora das condições de vida, possibilitada especialmente pelas intervenções estatais, ocorreu muito desigualmente de um país para outro, no interior de um mesmo país e, inclusive, de uma mesma organização de trabalho. Isso aponta para uma contradição posta sobre o pacto social-democrata que, como diz Harvey (2004), compreende “. . . tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução” (p. 124).

Esse contexto marca uma face importante do desmentido na cultura a partir da social-democracia, que revela uma dimensão hipócrita desse pacto. Essa hipocrisia dá-se pelo não reconhecimento por aqueles (pessoas, organizações, governos etc.) que ocupam uma posição de autoridade acerca das desigualdades sociais, discriminações, violências que continuaram a afetar as minorias como os negros, as mulheres, os imigrantes, bem como os países de capitalismo periférico explorados pelas grandes potências econômicas. Em relação ao “mundo do trabalho”, os postos mais privilegiados eram e ainda são ocupados pelos critérios de raça, gênero e origem étnica, produzindo desigualdades importantes entre a classe trabalhadora.

A crise estrutural do capital nos anos de 1970 conduziu a uma ruptura dos Estados-nação com o modelo de bem-estar que vinha orientando as políticas sociais ao longo do século XX, as quais resultavam em uma maior proteção aos trabalhadores. Nos países de capitalismo periférico como o Brasil, o modelo do *Welfare State* servia mais como ideal a ser alcançado, orientando lutas sociais como as protagonizadas pelo movimento sindical.

O neoliberalismo, que passou a orientar as ações governamentais ao redor do globo a partir dos anos 1980, atrela a crise econômica aos “excessos” do Estado social-democrata e traz como receita para o crescimento e desenvolvimento a competitividade do mercado, a diminuição do papel do Estado na promoção de políticas sociais e a transferência dos riscos e inseguranças para os trabalhadores e suas famílias. Nesse novo contexto, “. . . padrões de justiça social seriam sempre arbitrários e contrários à liberdade individual” (Silva et al., 2020, p. 86), valor central da nova ideologia.

De acordo com Foucault, o *homo oeconomicus* do neoliberalismo transforma o trabalhador de um objeto de oferta e procura na forma de força de trabalho para um sujeito econômico ativo, um empresário de si. “Para tanto, é preciso estudar o trabalho como conduta econômica praticada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (Foucault, 2008, p. 308). Essa nova forma de trabalho produz o risco de um engajamento constante, ao mesmo tempo que isolamento social e solidão. E quando não prospera, o trabalhador experiencia isso como um fracasso individual.

A flexibilidade no trabalho, em suas múltiplas dimensões, torna-se a principal receita para lidar com a crise.

. . . flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando em uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custos mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores (Standing, 2020, p. 22).

O resultado disso foi a constituição do que Standing (2020) denomina como um precariado global, em oposição ao proletariado do período anterior, situação que, segundo o autor, afeta aproximadamente

um quarto da população mundial adulta, incluindo os trabalhadores dos países ditos desenvolvidos. O precariado tem como característica uma existência precária, em que as seguranças do proletariado como vínculo empregatício, renda estável, segurança no emprego e representação coletiva desaparecem ou ficam seriamente ameaçadas.

No Brasil, o precariado representa mais de 50% da população economicamente ativa. Para tanto, as recentes reformas governamentais, como a trabalhista e a previdenciária, têm contribuição decisiva para lançar um contingente grande de trabalhadores ao trabalho precário.

No “novo” cenário, há uma inversão da máxima anterior que visava minimizar o sofrimento e o adoecimento, sendo que o sofrimento passa a ser visto como um capital. Um dos primeiros autores a anunciar isso é Dejours, em sua obra *A loucura do trabalho* (1992), sendo que essa premissa foi desenvolvida recentemente na obra de Safatle et al. (2020). A tese apresentada nesse livro mostra que, junto com o avanço do sistema neoliberal, constitui-se uma exploração do sofrimento psíquico do trabalhador a favor da produtividade de uma forma não vista até então⁷. Nesse cenário, o sofrimento é criado, intensificado e gerido por meio de um conjunto de técnicas de gestão para que o trabalhador produza mais.

O processo de maior exploração do trabalhador está alicerçado na subjetividade neoliberal que promove e individualiza a culpa, sustentada em ideologias como autonomia, liberdade, meritocracia etc.

Se, por um lado, a diretriz que rejeita a imposição de normas aos cidadãos oferece um escudo ao indivíduo em face de uma eventual tirania estatal, por outro, dissemina uma lógica de mercado hostil em que cada indivíduo recolhe-se no governo de si e considera a alteridade do outro como oponente. Ora, fica assim claro que na noção neoliberal de autonomia, que se concretiza no conceito de liberdade negativa, está implícito um modelo preciso de sujeito, a saber aquele de um indivíduo independente dos outros, não submetido a norma alguma e, como tal, sempre pensado em uma relação de exclusão mútua com o outro (Silva et al., 2020, p. 82).

A falta de inserção em uma comunidade trabalhista solidária, de acordo com Standing (2020), priva o precariado de qualquer estratégia de apoio em momentos de necessidade e de uma identidade baseada no trabalho.

Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade (Standing, 2020, p. 31).

A trajetória laboral precária corrói a estabilidade e a previsibilidade, colocando o trabalhador em uma condição de incerteza crônica. Em um contexto em que tudo é julgado em termos de custos e das recompensas financeiras, as relações de confiança e cooperação desaparecem, predominando medo e insegurança.

As reflexões de Mbembe (2014) acenam para a dimensão do precariado no mundo. Segundo o autor, desde seus primórdios, o capitalismo necessitou de vidas abjetas para serem exploradas como mercadorias. Assim, a escravidão do negro, no primeiro tempo do capitalismo, expressa a dimensão de uma precariedade sem interdito, de uma vida completamente submetida a outra. Com o avanço do capitalismo, e especialmente do neoliberalismo, essa condição não afeta mais

7 É importante destacar que há uma exploração do sofrimento nos modelos de gestão desenvolvidos ao longo de todo o século XX, como o Taylorismo e o Fordismo, o que pode se observar nas obras de Braverman (2015) e Harvey (2004), mas este se configurava mais como um subproduto de uma gestão voltada à produção do que como uma intencionalidade da gerência, o que muda a partir do contexto neoliberal.

só o negro, criando o que o autor chama de devir-negro do mundo. Vivemos “. . . num mundo em que o neoliberalismo e a reativação da lógica das raças que ele engendra desencadeiam a universalização tendencial da condição negra – convertendo o Negro no paradigma de uma humanidade subalterna” (Mbembe, 2014, p. 18).

A objetificação do trabalhador, reduzido a um corpo produtivo, a decadência da ética e da solidariedade nas relações mercadorizadas e o declínio do pacto social põem em questão se estaríamos em meio ao avanço neoliberal, retornando a um primeiro tempo da sociedade, ao tempo que Freud (1913/2012) descreve como da horda primitiva. Um tempo nunca completamente ausente, como explica Mbembe (2014) ao analisar o devir-negro, mas que agora estaria ganhando uma universalidade não vista ainda. Nesse tempo anterior à erigção da lei simbólica descrita em Totem e Tabu (Freud, 1913/2012), há o gozo irrestrito do pai da horda primeva, que submete todos ao horror da dominação, sem nunca se submeter a ela. O modelo capitalista e suas formas de exploração submete à privação homens e mulheres que vivem do seu trabalho, os pobres do mundo, mas propaga e permite o gozo irrestrito às elites.

Método

O processo de pesquisa proposto no presente trabalho implicou revisitar o trabalho de campo produzido para a tese de doutorado “Entre a saúde e a norma: a atenção à saúde dos trabalhadores das agroindústrias do oeste de Santa Catarina”, defendida no ano de 2012. A referida pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizou-se como um estudo descritivo exploratório e foi realizada em município de médio porte do estado de Santa Catarina.

Revisitar dados produzidos 12 anos antes traduz-se em um desafio de relê-los a partir de diferentes referenciais teóricos, promovendo novas reflexões em torno das narrativas sobre os processos de sofrimento e adoecimento que acometiam os trabalhadores em questão. Também se trata de propor problematizações acerca das novas formas de precarização do trabalho no cenário brasileiro recente, refletindo sobre continuidades, rupturas e ameaças à saúde do trabalhador no período transcorrido, tema que permanece central em ambos os trabalhos.

Participantes da pesquisa

A pesquisa em questão contou com a participação de 18 trabalhadores de três grandes agroindústrias de município de médio porte localizado na Região Sul do Brasil, ao qual se agregou também um ex-trabalhador da agroindústria membro da Associação dos Vitimados do Trabalho (ADVT).

Dentre os critérios para a escolha dos trabalhadores estava apresentar queixas em saúde relacionadas à sua atividade laboral e fazer uso esporádico ou contínuo de serviços de saúde da rede pública e/ou privada. Esses trabalhadores foram escolhidos a partir de indicação de equipes de Atenção Primária em Saúde que os reconheciam como usuários que tinham problemas de saúde relacionados ao trabalho. Das características desses trabalhadores, destaca-se que suas idades variavam de 24 a 45 anos, com uma idade média de 37 anos. O tempo de trabalho na agroindústria variava de seis meses a 25 anos, sendo que o tempo médio era de 11 anos. Em suas trajetórias laborais, eles costumavam atuar em diferentes atividades na linha de produção e diferentes turnos de trabalho. Dos 18 entrevistados, quatro estavam trabalhando e 13 estavam afastados do trabalho por auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário na ocasião da pesquisa. Todos tinham diagnósticos médicos de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, doenças do sistema nervoso ou de transtornos mentais e comportamentais.

Procedimentos utilizados no levantamento de informações

O trabalho de campo teve início após submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), tendo sido aprovado por meio do parecer número 473/12.

Dentre os diferentes procedimentos para o levantamento de informações utilizados na pesquisa original (pesquisa documental, observação participante registrada em diário de campo e entrevistas semiestruturadas), serão utilizadas nessa nova análise apenas as entrevistas. As entrevistas com os 18 trabalhadores organizaram-se em torno dos seguintes temas: identificação, contexto de trabalho nas agroindústrias, problemas de saúde relacionados ao trabalho, atenção à saúde do trabalhador na rede de saúde.

Procedimentos para análise das informações

A organização e análise das informações na presente pesquisa deram-se com base na Teoria Fundamentada nos Dados (Strauss & Corbin, 2008). Essa metodologia leva, em uma primeira etapa, ao exame microscópico das informações, com leituras sucessivas das entrevistas transcritas. Nesse exame, procurou-se realizar a leitura flutuante, considerando os processos inconscientes na análise do fenômeno pesquisado em consonância com o referencial teórico utilizado acerca do desmentido, que tem origem na psicanálise.

Em um segundo momento, é feita a codificação aberta, com comparações, conceituações e a categorização das informações. Por fim, aplica-se o processo de codificação seletiva, que permite integrar e refinar o conjunto de informações a fim de desenvolver as discussões teóricas.

As análises suscitaram a construção das categorias elencadas a seguir, as quais permearam a escrita deste texto: o desmentido operado pelos trabalhadores adoecidos, o desmentido operado no contexto da fábrica, o desmentido operado pelos serviços de saúde e os efeitos do desmentido na saúde dos trabalhadores.

Análise e discussão

O desmentido do sofrimento e adoecimento no trabalho precário

... o 'tempo antes do adoecer' é, desde sempre, um 'tempo de sofrer' (Bouyer, 2015, p. 108).

O contexto laboral que mobiliza as reflexões e análises deste texto reitera a tese presente na obra organizada por Safatle et al. (2020) de que o sofrimento assume no neoliberalismo um *status* de capital. A essa tese se acrescentaria que, ao mesmo tempo em que o sofrimento é explorado, sua existência e sua relação com o trabalho são desmentidas. No contexto estudado, o desmentido é operado pela gerência, pelos profissionais de saúde e, em algumas situações, pelos próprios trabalhadores e suas famílias, engendrando a esse sofrimento um potencial traumatogênico na perspectiva apontada por Ferenczi.

As linhas de produção das indústrias de abate e processamento de carnes, consideradas na região como agroindústrias, são amplamente conhecidas e analisadas pelas difíceis condições laborais e pelo adoecimento de seus trabalhadores, dos quais são exemplos os estudos de Dal Magro et al. (2016), Silveira e Merlo (2017) e Petean et al. (2021).

Um dos indícios da precariedade laboral nesses contextos, na região em que se deu a pesquisa, é a dificuldade dessas indústrias em preencher as vagas nas linhas de produção, tendo em vista que,

quando pode, a população local, que reconhece essa precariedade e seus efeitos, se recusa a trabalhar no setor. Assim, repetindo a fórmula há muito utilizada na exploração capitalista, as agroindústrias tentam atrair sempre os trabalhadores com maior vulnerabilidade social e econômica, tendo períodos em que empregaram populações indígenas, populações de origem rural de municípios vizinhos e, mais recentemente, os imigrantes haitianos e venezuelanos que têm chegado em grande número à região.

Nas entrevistas dos trabalhadores participantes do estudo, são descritas rotinas de trabalho extenuantes, cujo ritmo na linha de produção é intenso e ditado pela esteira, com alta fragmentação do trabalho, em que há baixa autonomia e relações hierarquizadas (Dal Magro et al., 2014), o que serve de exemplo na descrição da trabalhadora 10:

Eu desosso cinco coxas por minuto. Eu corto, tiro os ossos e depois refilo, as vezes a gente faz mais, depende da meta (Trabalhadora 10).

A trabalhadora 14 complementa:

Eles cobram o tempo todo que você não pode deixar carne no osso, então tem uma mesa bem grande com pessoas dos dois lados desossando e os encarregados ficam embaixo das mesas, você não enxerga eles, eles vêm vindo e catando o teu osso, aí quando você vê, eles estão com a bacia cheia pra você refazer, é apavorante. Ou então eles levam lá no escritório e mostram pro supervisor. Porque ninguém consegue fazer cem por cento e vencer aquilo lá, então têm horas que você não cuida, você cansa (Trabalhadora 14).

O trabalho na linha, como descrito pelas trabalhadoras, conjuga duas características principais, atenção e rapidez. Essas características do processo de trabalho levam os trabalhadores ao limite fisiológico na perspectiva taylorista do “ótimo dia de trabalho”⁸ (Braverman, 2015). A isso se agrega o sistema de metas que extrapolam o que é possível ao trabalhador executar, como menciona a entrevistada 14, e o forte controle da gerência por meio da fiscalização dos “encarregados”. Dejours (1992), ao discutir as características do trabalho das telefonistas francesas, já indicava a autoaceleração das cadências como uma defesa individual para lidar com o sofrimento de modos de trabalho altamente controlados e intensos, que geram maior produtividade, aspecto capturado pelos modos de gestão atual que exploram o sofrimento laboral como um capital. Nesse sentido, Dunker et al. (2020) apontam que:

O sofrimento expresso pela repetição, pela perda de sentido e pela perda de satisfação no trabalho, bem como os sentimentos de frustração e ansiedade, não são o objetivo do gerenciamento. A defesa contra a angústia, ou seja, a preservação do eu, sob forma de negação, racionalização, projeção ou sublimação do conflito, é que é visada pela gestão liberal do sofrimento. . . . Daí que os sintomas principalmente elencados por Dejours sejam sintomas psicossomáticos, fadiga crônica (neurastenia), alexitimia, anestesia, anedonia, emprobecimento psíquico (Dunker et al., 2020, p. 256).

Assim, o cansaço dos trabalhadores da linha não se dá esporadicamente por um período em que esses são mais exigidos, mas faz parte da rotina de trabalho, em que os sujeitos vão sendo levados à exaustão, já que os horários de repouso vão se tornando insuficientes para o trabalhador se recompor. Como diz a trabalhadora 6, que trabalhava no setor há seis meses na ocasião da entrevista:

8 Essa expressão foi cunhada por Taylor e diz respeito a “. . . todo o trabalho que um operário pode fazer sem dano à sua saúde, em um ritmo que pode ser mantido através da sua vida de trabalho” (Braverman, 2015, p. 91). No entanto, segundo Braverman, o ótimo dia de trabalho estaria mais associado ao trabalho realizado em uma condição de limite fisiológico do trabalhador.

Chega durante a semana te dói os braços, porque você faz muito movimento, formigam as pernas porque você fica muito de pé, . . . daí isso aí vai dando aquela dorzinha, mas no final de semana passa, daí quando volta na segunda vai começando de novo, mas é porque é começo, tem seis meses só que eu trabalho lá (Trabalhadora 6).

Já a trabalhadora 10, que atua há seis anos no setor, descreve:

Meu problema começou há mais ou menos três anos, primeiro doía o braço um dia por semana, quando eu fazia muita força, ou quando fazia faxina depois do trabalho, depois começou a doer dois dias, depois três e, quando eu vi, estava doendo todos os dias. . . . agora têm vezes que trava o ossinho da perna e eu não consigo caminhar, fico toda dura (Trabalhadora 10).

Tendo sido reconhecida a precariedade desse contexto laboral, foi elaborada uma Norma Regulamentadora específica para essas indústrias em 2013, a NR 36 (MTE, 2013), a qual prevê um conjunto de medidas de proteção e prevenção ao adoecimento dos trabalhadores como pausas, diminuição do ritmo, ginástica laboral etc. No entanto, são comuns as transgressões às regras de segurança e saúde no setor, operando o desmentido da lei, ao fazer os funcionários assinarem pausas e ginástica laboral que não ocorrem, ou ao reduzirem o ritmo da esteira na ocasião das fiscalizações. Essa situação é ilustrada pela fala da trabalhadora 7:

Quando tem perícia que o pessoal coloca na justiça, Deus do céu, a velocidade vai lá embaixo pra já dizerem que é mentira o que a pessoa está falando, daí um dia veio uma ex-colega nossa que colocou na justiça, vieram os peritos, advogado, tudo lá com ela, daí um deles chegou e pediu pra uma das minhas colegas, “nossa, é tão bom trabalhar aqui, a velocidade baixa, é bom assim?”, ela foi e disse, “a chefe baixou a velocidade porque vocês vieram, vem um dia normal pra ver é o inferno que é trabalhar aqui”, eles viraram as costas, a chefe chamou ela e mandou embora na hora (Trabalhadora 7).

Nesse sentido, destaca-se que mesmo a perícia que vem fiscalizar a fábrica, instância que naquele contexto representa a lei, quando alertada por uma trabalhadora, que depois é demitida, escuta com um ouvido e ensurdece com o outro, operando-se novamente o desmentido da precariedade, exploração e irregularidade desse trabalho.

Nesse cenário de exploração, como aponta Dejours (1992) “. . . o sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo” (p. 96), um corpo condicionado a reproduzir um conjunto de movimentos em um ritmo pré-estabelecido ao longo de uma jornada de 8 horas e 45 minutos diários. Sobre os efeitos psíquicos do trabalho com essas características, Le Guillant e Bégoïn (2006) apontam:

Quanto mais um ato é simplificado, facilitado e “atenuado” pelos dispositivos mecânicos e pela organização do trabalho, tanto maior será a rapidez com que ele poderá ser efetuado. Assim, na prática, é possível observar que cada redução do esforço muscular (e de complexidade das operações) corresponde a um aumento de velocidade. A economia realizada em um certo nível funcional (essencialmente, muscular) implica em um maior dispêndio de energia em um outro nível (essencialmente nervoso) (2006, p. 206).

Ao encontro da afirmativa proposta pelos autores, os trabalhadores entrevistados relatam irritabilidade, isolamento social e conflitos familiares relacionados ao trabalho. Frente ao desconforto gerado pelo cansaço crônico, os trabalhadores buscam se recompor física e psiquicamente, criando espaço em branco, o que reduz a capacidade de encontrar prazer e satisfação em outras coisas,

como as relações interpessoais, ou outras experiências fora do trabalho. Um exemplo desses relatos é o que diz a trabalhadora 7 quando menciona:

. . . eu não gosto de sair de casa, é só trabalhar, trabalhar e ficar em casa . . . eu saía mais, final de semana saía. . . Se eu pudesse ficar só em casa, dormir, dormir, comer e dormir (risos). Não é normal né? aham. . . não é, eu acho que não é normal (Trabalhadora 7).

Assim, ao longo da vida laboral, o que se observa é um processo de empobrecimento da existência desses trabalhadores.

Junto com essa condição de amortecimento físico e mental, os trabalhadores, desde muito cedo, começam a sentir dores osteomusculares e um estado de irritabilidade que vai pouco a pouco se instalando. Ao relatar esse quadro, muitos percebem que tem alguma coisa errada, mas não têm certeza do que é, como expressa a fala da trabalhadora 5:

Sei lá, muito nervosa por nada . . . É porque eu sempre fui meio nervosa, choro por nada né. Às vezes, eu penso que não tem nada a ver ficar chorando, mas isso acho que desde que me deu esse problema que eu fiquei mais sensível. Eu sou nervosa, às vezes eu digo pra mim mesma ‘meu Deus, porque ficar assim brava como um tigre’ . . . Não é que eu queira, às vezes eu tento me controlar, mas não é uma coisa que (pausa), parece que não é normal, depois eu me arrependo, de uma onça eu viro um gatinho (Trabalhadora 5).

A culpa que sentem pela irritabilidade e por a expressarem no ambiente doméstico também é um relato frequente como também destaca a trabalhadora 13:

. . . eu estressei muito meus filhos e meu marido. Nossa Senhora, eu acho que várias vezes eles pensaram em não viver mais comigo, porque têm dias e horas que eu percebo que eu estou passada, que nem eu viveria comigo. Fico nervosa e daí eu falo qualquer besteira, eu xingo, é tudo normal (Trabalhadora 13).

Uma situação narrada de forma recorrente pelos trabalhadores participantes do estudo era como em um primeiro tempo recusavam os indícios que seus corpos e sua experiência na fábrica, observando os colegas, davam sobre um adoecimento em curso. Um corpo e uma percepção silenciados, que desmentiam a realidade até esta se impor, mas então já não conseguiam mais acompanhar o ritmo da esteira, dormir à noite, segurar objetos na mão.

Eu comecei a tratar muito tarde, quando eu não estava mais sentindo o movimento das mãos. . . . Porque assim, como é que eu posso te dizer, eu tinha medo de perder o emprego, sabe que se você vai atrás de médico a empresa logo te manda embora. A gente não presta mais eles demitem e daí, como eu precisava, eu fui aguentando até que eu pude, quando não deu mais o que eu ia fazer? Entregar nas mãos de Deus (Trabalhadora 5).

Desmentir o sofrimento e o adoecimento remete à desautorização do processo perceptivo descrito por Figueiredo (2003) em que, segundo o autor, apesar da percepção do evento ser preservada, ela se torna ineficaz, sendo que a defesa do sujeito opera no sentido de “. . . reduzir ou anular a autoridade dessa percepção” (p. 60). Nesse sentido, diz o autor que “. . . o que é desautorizado refere-se à capacidade de uma percepção transitar para outras conservando uma certa continuidade. O que é contestado na *Verleugnung* é a autoridade que uma percepção detém de propiciar e mesmo exigir outros passos na cadeia psíquica” (Figueiredo, 2003, p. 61).

Assim, a percepção da dor e do sofrimento do trabalho tem significado, mas perde significância, sendo preservada como uma “quase-coisa” que, ao mesmo tempo em que permanece como uma lembrança muito presente, não pode ser ligada e, portanto, metaforizada.

. . . há determinados pacientes que, dotados de uma fina capacidade de observação, . . . são capazes de registrar e armazenar aspectos importantes da realidade externa e interna em que evoluem; da mesma forma, conseguem comunicar com clareza o que puderam captar nos outros e em si mesmos ao longo das diversas situações de vida em que se viram envolvidos. . . . De outro lado, tendem a não tirar consequências desses elementos e a não ser capazes de ligá-los uns aos outros para a formação de uma visão mais ou menos integrada e conclusiva da realidade própria e alheia (Figueiredo, 2003, p. 57).

Isso pode ser ilustrado pela fala da trabalhadora 1, chefe de uma família com três filhos, a qual, ao longo da entrevista, menciona desconfiança em relação aos colegas da linha de produção, que mentiriam sobre estarem doentes para poderem se afastar do trabalho. No decorrer da entrevista, ela menciona que, apesar de também sentir dor, nunca tentou se afastar do trabalho, pois não se permite fazer isso. Depois, ao ser questionada se gosta do que faz, ela responde:

. . . nos primeiros dias eu gostava, só que agora estou na mesma dor, tem horas que dá vontade de abandonar tudo e sair. Mas não tem como eu sair, se eu vou pedir as contas na firma daí sair sem dinheiro, serviço em outro lugar não arrumo também, tem que aguentar (Trabalhadora 1).

A hipótese aqui elaborada é que esse desmentido operado pelo próprio sujeito trabalhador é sustentado pela ideologia neoliberal, que atravessa os modos de trabalho e as relações sociolaborais e produz a alienação em relação à dura realidade a que estão submetidos. Nesse cenário, reconhecer o sofrimento e o adoecimento do trabalho implicaria em ser confrontado por uma realidade em que a perda da capacidade laboral ameaça a reprodução material e social da vida do trabalhador, o qual depende da venda de sua força de trabalho. Isso em um contexto de ofertas de postos de trabalho precários e restritos, e em que os suportes sociais aos trabalhadores e suas famílias são cada vez mais frágeis. Como no caso da trabalhadora 1, a submissão à condição laboral parece ser a única alternativa. Por outro lado, o reconhecimento da dor e do sofrimento laboral, quando ocorre, confronta os trabalhadores com a desmentida dessa realidade pela organização, nas relações sociolaborais e pelos serviços de saúde.

Os trabalhadores têm clareza de que aqueles que não aguentam as exigências do trabalho podem ser substituídos por alguém que seja capaz de aguentar, e, como diz Dejours (1992), o medo e a ansiedade são verdadeiras alavancas para fazer trabalhar, como narra a trabalhadora 3:

Tem gente lá dentro que fica fazendo dengo, não sei na verdade se elas estavam doentes, porque a gente sabe da gente . . . mas elas diziam que tinham problema, e diz que foi a doutora que mandou ordem pra mandar elas embora. E nós ficamos, eu e a outra. Elas reclamavam, não queriam ir na mesa, ficavam discutindo sabe, eu não, se eles me mandavam eu ia, eu sabia que ia sofrer, mas quem precisa do emprego é a gente, e eles, se precisam, têm outros querendo entrar, daí a gente vai tentando levar. Ali é uma cadeia, pra quem é novo é uma cadeia, mas pra gente que já não tem mais outra opção tem que aguentar. . . . mas eu preciso, porque se eu não vestir a camisa vai te outro que vai vestir mais do que eu e daí aquele vai e eu fico, então, não é por aí (Trabalhadora 3).

A fala da trabalhadora indica como as relações de trabalho capitalistas são perversamente balizadas, sendo o trabalhador objetificado, desvalorizado e, finalmente, descartado quando não serve mais aos propósitos da organização, ao encontro das reflexões de Tironi (2017) e Lévy (2014).

Esse cenário alimenta a disciplina dos trabalhadores, e a desmentida dos sinais físicos e psíquicos do sofrimento e adoecimento primeiro para si e depois para a gerência. Como ilustra a fala do trabalhador 15:

Eu tinha dor nos braços de fazer força e os meus pulsos também são abertos, então eu enfaixava os dois pulsos e daí chegou um tempo que eu fiz uma pulseira de couro para eu poder trabalhar, aqui na mão direita, para eu poder forçar, que a mão que eu mais forçava era a direita (Trabalhador 15).

Na mesma direção relata a trabalhadora 5:

Eu sempre trabalhei direitinho, nunca fiz corpo mole nem nada, quando eu não aguentei mais, porque eu estava trabalhando com o braço enfaixado, daí eles descobriram. . . . O meu braço estava inchado e tinha saído do lugar fazia uns 20 dias, mas eu estava vencendo o número, não estava ganhando *show*⁹ nem nada, só Deus sabe o que eu estava passando (Trabalhadora 5).

O adoecimento no trabalho começa quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação. Quando não podiam mais ou não tentavam desmentir a percepção da própria dor, diziam que o mais difícil era conviver com a desconfiança sobre seu processo de sofrimento e adoecimento, cuja confirmação dependia do diagnóstico clínico. Essa desconfiança vinha de figuras como os chefes da empresa, os médicos, mas também os colegas de trabalho e, às vezes, a própria família. Quando procuravam a medicina do trabalho no contexto da fábrica, geralmente o primeiro lugar acessado por esses trabalhadores, novamente se operava o desmentido do sofrimento e do risco do adoecimento.

Eu fiquei anos me tratando com o médico da empresa. Tinha um que eles até chamavam de doutor diclofenaco, porque o pessoal ia lá, e ele só sabia dar diclofenaco. Ia lá, daí eles me davam medicamento pra dor, e também eu tomava por conta né, que eu tinha medo que eles iam me mandar embora, daí eu fui ficando até que aguentei (Trabalhadora 2).

A fala da trabalhadora indica que a medicina do trabalho exercida nas fábricas, tributária da lógica econômica, vem para dar conta daquilo que resiste a ordem do trabalho e da produção capitalista. Assim, por meio do arsenal medicamentoso prolonga o processo de exploração dos corpos adoecidos (Dal Magro et al., 2013, 2016).

Na mesma perspectiva apontada por Neves et al. (2020) ao analisar a psiquiatria no neoliberalismo, as tecnologias médico-farmacológicas acessadas pelos trabalhadores das agroindústrias em sua busca pelos serviços de saúde não atuam visando a cura das doenças osteomusculares ou o retorno a um estado de saúde, mas a um prolongamento da vida laboral em condições altamente precárias. E isso só é possível frente à desmentida do adoecimento, da necessidade e da possibilidade de modificar as condições laborais e da culpabilização e responsabilização dos trabalhadores.

O desmentido dos efeitos deletérios do trabalho agroindustrial sobre a saúde dos trabalhadores ocorre no acesso aos serviços públicos de saúde, mas é muito mais explícito e violento no acesso aos serviços de saúde no interior da fábrica ou de profissionais de saúde conveniados com estas, como narram as trabalhadoras 4 e 7:

Eu estava sofrendo de dores há quatro anos, até que eles resolveram me encaminhar para o ortopedista; então o médico fez um ultrassom do braço e o problema apareceu, mas daí o ortopedista me falou

9 Expressão utilizada para indicar que o trabalhador não conseguiu cumprir a meta, ou seja, acompanhar o ritmo da esteira.

assim ‘eu não posso fazer nada, você tem um problema, mas isso nunca vai te incomodar, olhe bem, a empresa precisa de você’. Daí eu disse que eu não aguentava mais a dor, e ele falou “eu vou te dar um remedinho, a doutora da empresa vai te dar outro, eu vou te dar 10 dias de atestado só para você não ir para o INSS (Trabalhadora 4).

Eu demorei cinco meses para conseguir uma consulta com aquele neurologista. Daí, ele me deu um atestado de três meses. Quando eu cheguei no SESMT, o médico disse ‘agora esqueça esse neurologista, quem vai te tratar sou eu’, como se eu estivesse fingindo. Daí, ele me receitou uns remédios e me mandou voltar dali um tempo. Eu nunca mais voltei, prefiro trabalhar com dor (Trabalhadora 7).

Quando o adoecimento não pode mais ser desmentido porque paralisa o corpo, os trabalhadores enfrentam a dificuldade de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como o reconhecimento do acidente de trabalho, o acesso ao afastamento laboral etc. Assim, esses trabalhadores experienciam o não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência e precariedade do processo de trabalho nesse contexto. Trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o evento, mas o sujeito. Erikson, ao analisar o trauma social, descreve algo semelhante ao que os trabalhadores entrevistados neste estudo dizem. Ele menciona que o mais doloroso para as vítimas frente aos acidentes ou incidentes que as afetam é “. . . que as pessoas encarregadas de uma empresa neguem toda responsabilidade quando ocorre uma desgracia grave, não ofereçam nenhuma desculpa, não expressem nenhum arrependimento e desapareçam de vista, por trás de um muro de advogados e legalismos” (Erikson, 2011, p. 77).

O desmentido do processo de adoecimento pelos colegas de trabalho também foi relatado como fonte de muito sofrimento pelos pesquisados, como exemplifica a fala da trabalhadora 5:

Eu acho que eu fico muito fragilizada com tudo né. Outro dia encontrei uma colega no centro e ela disse: como que você fez pra ficar todo esse tempo afastada? Eu fiquei tão magoada que eu virei o rosto, outro dia encontrei ela e fiz de conta que nem vi, eu disse assim pro meu marido, meu Deus! Como se eu estivesse simulando, fingindo, mas não tem fingir. . . (Trabalhadora 5).

Na mesma direção aponta o trabalhador 16:

É difícil porque os próprios colegas às vezes chamam a gente de vagabundo. Diziam, ah, o fulano depois de 15 anos virou vadio, não quer mais trabalhar, daí você já está se sentindo mal por ter aquela dor, por ter que brigar para se tratar e ainda as pessoas duvidam de ti, a gente se sente um lixo (Trabalhador 16).

Reduzido a um corpo produtivo, se colapsa, esse trabalhador é descartado, servindo aos que o observam de aviso do que o futuro reserva.

Em relação ao desmentido operado pelos colegas, este pode ser compreendido enquanto uma estratégia defensiva individual, mas também coletiva dos trabalhadores para, na perspectiva do que diz Moraes (2013), promover a adaptação ao trabalho e minimizar a percepção do sofrimento laboral. Isso se dá por meio da desmentida da percepção do que faz sofrer, o que pode se transformar em uma ideologia defensiva, suscitando a exclusão e/ou discriminação dos vacilantes, ou seja, dos trabalhadores que anunciam os perigos do processo de trabalho por meio do adoecimento.

De acordo com Martins (2009),

. . . para negar (e suportar) o que sente, o sujeito desenvolve a intolerância para com o sofrimento alheio, perde a consciência dele, pela clivagem entre sofrimento (des)emprego e injustiça social.

O mal ou a violência podem ser promovidos pela clivagem entre afeto e pensamento, ou pela simples ausência de pensamento na consciência (Martins, 2009, p. 106).

Experiências semelhantes acontecem com familiares próximos que, em um primeiro momento, desmentem o processo de sofrimento e adoecimento desses trabalhadores. Chama atenção que estes também trabalham nas agroindústrias. Como relata a trabalhadora 13:

. . . até meu marido no começo duvidava de mim, ele dizia, ‘você vê as outras dizendo que dói e diz também’, isso deixa a gente triste (Trabalhadora 13).

Quando o desmentido ocorre no coletivo laboral, isso destrói as relações de confiança e solidariedade, já fragilizadas pela condição da classe trabalhadora no sistema neoliberal, como aponta Standing (2020), ruindo a possibilidade de uma resposta coletiva e organizada para a exploração em curso e para a proteção psíquica dos trabalhadores. Nas vítimas, o desmentido produz, além da perda de confiança no outro, a perda da confiança em si mesmo e o sentimento de solidão e aniquilamento.

O desmentido do sofrimento e do adoecimento produzido pelo trabalho acena, dessa forma, para uma dimensão traumática dessa experiência. Para Ferenczi, o traumático não está na ocorrência de um evento, e nem mesmo no seu grau de violência, mas, sim, em algo que pode se dar, ou não, num segundo tempo. A originalidade de Ferenczi consiste em atribuir ao desmentido a vivência do trauma: “O pior é realmente o desmentido, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento. . . é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico” (Ferenczi, 1933, 2011, p. 79).

Ferenczi construiu esse modelo a partir de histórias familiares que envolviam uma criança que haveria sofrido abuso. Contudo, esse modelo não privilegia personagens, mas relações. Relações de poder, de dependência, de desvalorização, de desrespeito; em suma, relações políticas (Gondar, 2021), na mesma medida em que afetos como vulnerabilidade, ambivalência, humilhação e vergonha podem ser considerados, como propõe Bhabha (2014), afetos políticos.

Diante da precarização do trabalho e das relações sociolaborais e sociais, todos ficam cada dia mais sós, sem o exercício da alteridade e sem o reconhecimento do outro. Por isso, para Dejours, “. . . todas as novas patologias relacionadas com o trabalho, hoje, são, antes, patologias da solidão” (2008, p. 17).

Ferenczi mostra a importância do reconhecimento, que seria o avesso do desmentido, em uma dimensão que traz à tona a precariedade de todo ser humano, a qual é base do laço social. Assim, reconhecer essa dimensão de vulnerabilidade intrínseca e protegê-la, dando-lhe condições de existência, é uma posição ética que evita o desmentido sobre o que há de vulnerável em todos nós.

Considerações finais

No contexto laboral em que os trabalhadores participantes do estudo estavam inseridos, o sofrimento e o adoecimento passavam por um processo de desmentido que enredava diferentes pessoas com papéis distintos, como chefias, colegas, profissionais de saúde, os próprios trabalhadores adoecidos e seus familiares, bem como organizações e instituições como a fábrica e o sistema de saúde. Isso remete à fala retomada por Gondar (2012) ao analisar o desmentido na cultura a partir da obra do historiador Eric Hobsbawm, o qual afirma que vivemos na era dos eventos traumáticos, em que “. . . todos nós seríamos seus sobreviventes, seus perpetradores, suas vítimas” (Gondar, 2012, p. 194).

No cenário neoliberal, o trabalho precário engendra um profundo desamparo, cujo processo perceptivo é desautorizado e substituído por um discurso que desqualifica e culpabiliza o trabalhador. O enfrentamento da questão na contemporaneidade não passa por reconhecimento desse desamparo, por processos de fortalecimento da identificação com os semelhantes (a classe trabalhadora), ou lutas coletivas por melhores condições de trabalho, mas pela medicalização da dor e do sofrimento, que resultam no adoecimento físico e mental dos trabalhadores, bem como no aprofundamento de suas vulnerabilidades social e econômica.

O sofrimento e adoecimentos produzidos e desmentidos no contexto fabril indicam métodos e efeitos dos modos de trabalho regidos pelo imperativo do lucro capitalista, equivalente ao imperativo do gozo. Esses modos de gestão levam os trabalhadores à exaustão física e mental e ao adoecimento, mostrando que essas organizações não impõem limites à destrutividade desses modos de trabalho, bem como expressam e determinam novas modalidades de laço social no contexto neoliberal, marcadas pelo desmentido.

No Brasil atual, em um contexto ainda atravessado pelos efeitos da pandemia de Covid-19, vê-se esse processo em ritmo acelerado, com o aprofundamento do modelo neoliberal, a destruição do trabalho formal, em conjunto com a reforma trabalhista e previdenciária que desregulam o trabalho e vulnerabilizam ainda mais o trabalhador. Há que haver um interdito a esse sistema a fim de poupar suas vítimas.

Referências

- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2a. ed.). Praxis.
- Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2a ed.). Boitempo.
- Bhabha, Homi (2014). *O local da cultura*. UFMG.
- Bouyer, G. C. (2015). Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 106-119. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p106>
- Braverman, H. (2015). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. LCT.
- Dal Magro, M. L. P. (2012). *Entre a saúde e a norma: a atenção à saúde dos trabalhadores das agroindústrias do oeste de Santa Catarina*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Dal Magro, M. L. P., Coutinho, M. C., Moré, C. L. O. O. (2013). O obscurecimento da dor como dispositivo de controle da força de trabalho frente às LER/Dort: o caso das indústrias de abate e processamento de carnes. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1197-1211.
- Dal Magro, M. L. P., Coutinho, M. C., Blanch, J., Moré, C. L. O. O. (2014). Intensificação e prolongamento da jornada de trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes e seus impactos na saúde dos trabalhadores. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (1), 67-83.
- Dal Magro, M. L. P., Coutinho, M. C., Moré, C. L. O. O. (2016). Relações de poder na atenção à saúde do trabalhador formal: o caso da indústria de abate e processamento de carnes. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 41(4), 2-14. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000100314>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez; Oboré.
- Dejours, C. (2008). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours – da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 47-104). Fiocruz.
- Dunker, C., Paulon, C., Sanches, D., Lana, H., Lima, R. & Bazzo, R. (2020). Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In V. Safatle, C. Dunker & J. N. Silva (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Dupont, J. (1990). Prefácio. In S. Ferenczi. *Diário Clínico*. Martins Fontes.
- Erikson, K. (2011). Trauma y comunidade. In F. O. Martínez (Org.), *Trauma, cultura e história: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Universidad Nacional de Colombia.

- Ferenczi, S. (1922/2011). *Psicanálise e política social*. Martins Fontes. (Obras completas Sándor Ferenczi, 3).
- Ferenczi, S. (1933/2011). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. Martins Fontes. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- Figueiredo, L. C. (2003). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. Escuta.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France 1978-1979*. Martins Fontes.
- Franco, T., Druck, G., Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>
- Freud, S. (1924/2020). A perda da realidade na neurose e na psicose. In S. Freud. *Neurose, psicose, perversão*. Autêntica Editora.
- Freud, S. (1913/2012). *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Companhia das Letras.
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, 34(27), 193-210.
- Harvey, D. (2004). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Kupermann, Daniel. (2022). *Por que Ferenczi?* Zangodoni.
- Le Guillant, L., Bégoïn, J. (2006). Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas. In M. E. Lima (Org), *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Vozes.
- Lebrun, J. P. (2008). *A perversão comum: Viver juntos sem outro*. Campo Matêmico.
- Lévy, A. (2014). Práticas sociais das perversões: modernidade do laço, organização social e dilemas morais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17 (3), 673-685. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p673.9>
- Martins, S. R. (2009). *Clínica do trabalho*. Casa do Psicólogo.
- Matos Neta, A. L. (2013). *Alta pressão no trabalho e hipertensão arterial: percepção dos servidores efetivos e secretários parlamentares participantes do Programa de Avaliação e Tratamento da Pressão Arterial (Pratha) em um órgão público federal*. Trabalho de Conclusão de curso de especialização em Psicodinâmica do Trabalho. Universidade Federal de Brasília.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Antígona.
- Moraes, R. D. (2013). Estratégias Defensivas. In F. Viera, A. M. Mendes, A. C. Merlo (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Juruá.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2013). NR-36 – *Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados*. Portaria MTE n. 555, de 18 de abril de 2013. Ministério do Trabalho e Emprego.
- Neckel, L., Dal Magro (2023). Ferenczi e Freud revisitados: dos usos do desmentido (*Verleugnung*) na produção científica. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 39. 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39405.en>
- Neves, A., Ismerim, A., Brito, B., Costa, F., Santos, L., Senhorini, M., Silva Junior, N., Beer, P., Bazzo, R., Gonsalves, R., Coelho, S., Carnizelo, V. (2020). A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In V. Safatle, C. Dunker, J. N. Silva (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Petean, G. H., Benini, E. G., Nemirovsky, G. G. (2021). Trabalho intensificado e afastamento do trabalho: uma análise nos frigoríficos no estado de Mato Grosso do Sul. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3).
- Safatle, V., Dunker, C., Silva J. N. (Orgs.). (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Silva, D. P., Pestanha, H., Andreoni, L., Ferretti, M., Fogaça, M., Senhorini, M., Silva Junior, N., Beer, P., Ambra, P. (2020). Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In V. Safatle, C. Dunker, J. N. Silva (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Silveira, A., Merlo, A. (2017). Superexploração e o processo de adoecimento pelo trabalho na indústria frigorífica de Chapecó/SC. *Revista Grifos*, 43, 254-286. <https://doi.org/10.22295/grifos.v26i43.3768>
- Standing, G. O. (2020). *Precariado: a nova classe perigosa*. Autêntica Editora.
- Strauss, A. Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.

Tironi, A. C. (2017). O desmentido é um artifício utilizado pelo cínico para lidar com a existência do outro. *Revista aSEPHallus*, 12(24), 92-102.

Zizek, S. (2011). *Em defesa das causas perdidas*. Boitempo.

Endereço para correspondência

mapit@unochapeco.edu.br

Recebido em: 11/05/2022

Revisado em: 22/04/2024

Aprovado em: 09/05/2024

